

Entidades dos servidores públicos se reúnem para planejar marcha do dia 28

No mesmo dia da marcha, Sérgio Mendonça deverá apresentar resposta sobre política salarial ao Fórum

Em defesa dos direitos e conquistas dos trabalhadores e da qualidade dos serviços públicos, os servidores federais prometem tomar mais uma vez a Esplanada dos Ministérios na **PRÓXIMA QUARTA-FEIRA, 28**. Além da Campanha Salarial Unificada dos SPF para 2012, a manifestação irá reivindicar ainda a rejeição do PLC 2/2012, que cria a Funpresp, a aplicação imediata dos **10% do Produto Interno Bruto (PIB) na Educação**, entre outras bandeiras de interesse geral da sociedade civil.

Para organizar as atividades do ato, o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (SPF) se reuniu nesta terça-feira (20) e definiu as ações que serão realizadas durante a Marcha Geral da Jornada Nacional de Lutas.

A concentração da marcha acontece às 9h em frente à Catedral. De lá, os manifestantes seguem rumo ao Espaço do Servidor, em frente ao bloco C do Ministério do Planejamento (MP), onde deverão permanecer até o início da reunião dos SPF com o secretário de Relações do Trabalho (SRT/MP), Sérgio Mendonça. Neste encontro, o responsável pela SRT/MP deve apresentar às entidades uma resposta do governo quanto à política salarial presente na pauta unificada de reivindicações dos SPF.

Na parte da tarde, os servidores participam de uma atividade política no Auditório Petrônio Portela, no Senado, contra a privatização da previdência pública. O seminário

“Pela Rejeição do PLC 2/2012” acontece a partir das 14h e conta com a participação da professora Sara Granemann, da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Adufrj - Seção Sindical), e de Clemilce Carvalho, auditora fiscal da receita federal aposentada, além de vários parlamentares contrários ao PLC.

O ANDES-SN já enviou correspondência às seções sindicais reforçando a importância da participação maciça dos docentes na marcha. O Sindicato Nacional espera contar com grande adesão dos sindicalizados, uma vez que vem enfrentando um difícil e moroso processo de negociação com o governo federal pela reestruturação da carreira do professor federal.

Além disso, a entidade tem participado ativamente das negociações unificadas com os demais servidores federais, no objetivo de romper a intransigência do governo e garantir ganhos reais através do reajuste linear, conforme prevê a Constituição Federal.

NA PARAÍBA

A ADUFPB realiza nesta **quinta-feira, 22**, Assembleia Geral que discutirá com os docentes a mobilização local para a próxima semana. Em Bananeiras e Areia, os docentes já definiram em Assembleia que farão concentração em praça pública e mobilização em todas as salas de aula.

Campanha salarial unificada dos servidores federais

O ANDES-SN, junto com demais entidades do Fórum dos Servidores Públicos Federais, protocolou no dia 15 de fevereiro a pauta de reivindicações da Campanha Salarial dos SPF 2012. Confira os sete eixos da pauta comum a todos os servidores públicos federais.

- Definição de data-base (1º de maio);
- Política Salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações;
- Cumprimento por parte do governo dos acordos e protocolos de intenções firmados;
- Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores;
- Retirada dos PLP's, MP's, Decretos contrários aos interesses dos servidores públicos;
- Paridade e integralidade entre ativos, aposentados e pensionistas;
- Reajuste dos benefícios.

PROFESSOR, PARTICIPE. A LUTA É DE TODOS!

Relatório dos Processos Judiciais ADUFPB

(Atualizado Março de 2012)

Informamos aos associados que o processo referente aos 3,17%, nº 98.8451-7, ajuizado com a finalidade de alcançar diferenças salariais decorrentes da transformação dos vencimentos de URV para REAL, encontra-se em fase de execução da obrigação de pagar os valores retroativos, uma vez que a implantação do percentual do reajuste deferido judicialmente fora realizada no mês de outubro/dezembro de 2001, ou seja, está implantado nos contracheques dos docentes há 11 anos. O juiz determinou o desmembramento do processo em autos apartados, com no máximo 10 substituídos cada, para facilitar a execução. Tendo sido elaborados os cálculos e requerida a execução, a UFPB impugnou a conta opondo Embargos às Execuções, o que gerou as seguintes situações:

a) Docentes que estão no processo em que a União opôs Embargos à Execução fora do prazo legal: Neste caso existem pouco mais de duas centenas de docentes, onde o juiz rejeitou liminarmente os embargos, fato que deu ensejo a um recurso de Apelação por parte da Procuradoria Federal, tendo o TRF da 5ª Região mantido a decisão de primeira instância favorável aos docentes. Inconformada com a decisão, a UFPB interpôs Recurso Especial para o STJ, onde aguardamos decisão do referido recurso.

b) Docentes que estão no processo em que os Embargos à Execução opostos pela União foram tempestivos: Neste caso estão cerca de 80% dos demais docentes. O Juiz recebeu os Embargos e determinou que o setor contábil da Justiça Federal fizesse uma análise dos cálculos apresentados pela ADUFPB, pela UFPB e apresentasse o cálculo correto já atualizado. A demora do cálculo reside ainda no aguardo do julgamento da apelação no TRF da 5ª Região.

c) Docentes que estão no processo em que os Embargos à Execução opostos pela União foram tempestivos, mas que não tiveram impugnados os seus créditos: Neste caso estão

cerca de 20% dos demais docentes. Nesse caso, os valores apresentados pela ADUFPB não sofreram qualquer impugnação por meio da Procuradoria Federal. Como os processos – Principal e os embargos – correm apensos e inseparáveis, somente com o julgamento dos embargos opostos pela UFPB é que os processos serão desapensados, ocasião em que serão requeridas as expedições dos competentes RPVs – Requisitórios de Pequeno Valor, ou Precatórios, conforme o caso.

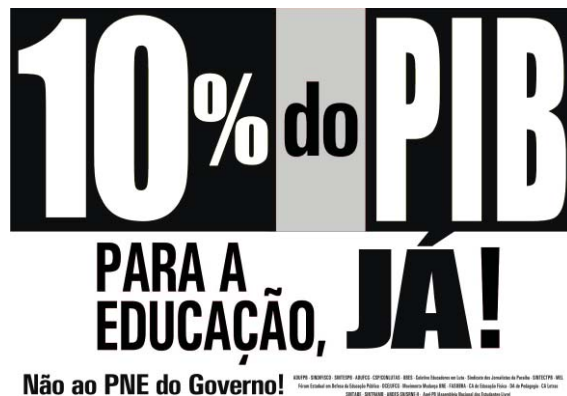
O Juiz da 1ª Vara Federal da Paraíba resolveu aguardar o julgamento final dos recursos interpostos pela ADUFPB, junto ao TRF da 5ª Região, para posteriormente apreciar os embargos à execução opostos pela UFPB. Os advogados estão indo, semanalmente, ao TRF da Região visando agilizar, ao máximo, a tramitação do feito.

Quanto ao processo nº 95.0004372-6, referente às diferenças de FGTS, pela não aplicação de índices corretos de atualização pelos bancos gestores das contas vinculadas, fora determinado que a CEF procedesse ao complemento dos depósitos competentes. Os docentes receberam os valores reputados devidos à época. Fora requerida ao Juízo a complementação de valores, tendo o magistrado indeferido o pedido porque não levou em consideração os extratos que estavam na secretaria da Vara. Interpusemos Apelação, que está sendo processada pelo TRF da 5ª Região.

Destaca-se que o processo nº 2006.82.00.008091-3 (Férias – Professores afastados para qualificação em programas de mestrado e doutorado), que objetiva compelir a UFPB a se abster de efetuar qualquer desconto nas férias dos professores que estejam, estiveram ou venham a se afastar das suas atividades para programa de qualificação no país ou fora dele. Os pedidos foram julgados totalmente procedentes e o TRF da 5ª Região manteve a decisão. Inconformada, a UFPB interpôs recurso para o STJ, que está sendo processado por aquela Corte de Justiça.

Comitê Nacional defende, na comissão do PNE, os 10% do PIB já para a educação

Participantes do Comitê Nacional da Campanha pelos 10% do PIB para a educação pública, já! defenderam na tarde desta quarta-feira (20), em audiência pública na comissão especial que está analisando o PNE (Plano Nacional de Educação), a aplicação imediata dos 10% do Produto Interno



Não ao PNE do Governo!

Bruno na educação pública. “Podem dizer que é um sonho, mas neste país ainda não é proibido sonhar. Sem contar que acreditamos ser plenamente possível alcançarmos já essa meta”, afirmou Mauro Puerro, dirigente da CSP-Conlutas, que falou em nome do Comitê.

Os diretores do ANDES-SN César Minto (2º secretário), Laura Fonseca (1º vice-presidente da Regional Sul) e Maria Suely Soares (3ª tesoureira) e a professora da Universidade de São Paulo (USP) Lighia Horodinsky Matsushigue, participante da Campanha, acompanharam a audiência pública.

Na sua fala, Puerro criticou o fato de o governo, ao encaminhar a proposta de PNE para o Congresso, não ter apresentado um diagnóstico da educação pública no país e de a proposta governista incentivar a educação à distância e a ampliação do fundo público para a iniciativa privada.

“E sobretudo, preocupa-nos o fato de o percentual do PIB proposto, seja 7,5% ou 8%, ter como prazo para consecução o ano de 2020”, afirmou. Puerro também criticou o fato de o PNE não compatibilizar responsabilidades entre os entes da federação.

Ele lembrou que o “PNE – Proposta da Sociedade Brasileira”, foi construído, na década de 1990, a partir de uma articulação da sociedade, enquanto que a proposta atual foi discutida em uma conferência hegemônica pelo governo. “E, mesmo assim, a proposta de 10% tirada pela Conferência Nacional de Educação (Conae) não foi cumprida”, afirmou.

MANIFESTO - Durante a audiência, Puer-

ro entregou ao relator do PNE, deputado Ângelo Vanhoni, um manifesto do Comitê (que pode ser lido no portal do ANDES-SN - www.andes.org.br), em que é feita a defesa de investimentos urgentes em educação, da educação básica ao ensino ao superior, como forma de avançar a qualidade de

vida do trabalhador.

Na sua fala, o representante da CSP-Conlutas também explicou que durante o ano passado, a Campanha realizou reuniões, debates, aulas públicas, abaixo-assinados e diferentes mobilizações, obtendo cerca de 400 mil assinaturas em um plebiscito pela aplicação já dos 10% do PIB em educação.

“O governo federal gasta hoje quase 50% do orçamento com o pagamento da dívida e o acumulado do superávit primário nos últimos 12 meses chega a 5,71% do PIB. Temos de mudar essa relação. Estamos aqui em mais uma tentativa de sensibilizar a todos, relator, comissão especial e governo federal, a investirem na educação e, conseqüentemente, na dignidade da reprodução da força de trabalho”, argumentou Puerro.

Também falaram na audiência pública, o professor da Universidade de São Paulo (USP) José Marcelino Rezende Pinto; o professor da Universidade Federal de Goiás (UFG) Nelson Cardoso Amaral; o coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara; e o integrante do Conselho do Movimento Todos pela Educação Mozart Neves Ramos.

A audiência também foi acompanhada por dirigentes da Assembleia Nacional dos Estudantes Livre (Anel), do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), da Oposição Alternativa do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), e do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Fonte: ANDES-SN

PRESTAÇÃO DE CONTAS
ACUMULADO DE 01 DE JULHO A 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Rubricas	JULHO A DEZEMBRO DE 2011			
	(R\$)	% item	% RCA	% RT
1) RECEITAS				
1.1 - Contribuição dos Associados	1.049.907,79	73,65%	100,00%	73,65%
1.2 - Máquinas fotocopadoras	1.570,85	0,11%	0,15%	0,11%
1.3 - Telefonia	337.054,15	23,64%	32,10%	23,64%
1.4 - Apoio Cultural Creduni	36.355,50	2,55%	3,46%	2,55%
1.5 - Diversos	680,68	0,05%	0,06%	0,05%
TOTAL	1.425.568,97	100,00%	135,78%	100,00%
2) DESPESAS				
2.1 - Recursos Humanos				
2.1.1 - Salários	178.662,08	84,97%	17,02%	12,53%
2.1.2 - Férias	22.396,72	10,65%	2,13%	1,57%
2.1.4 - Vale Transporte	3.591,60	1,71%	0,34%	0,25%
2.1.6 - Assessoria de Imprensa	5.607,00	2,67%	0,53%	0,39%
TOTAL	210.257,40	100,00%	20,03%	14,75%
2.2 - Encargos Sociais				
2.2.1 - FGTS	26.327,74	22,36%	2,51%	1,85%
2.2.2 - PIS	4.613,76	3,92%	0,44%	0,32%
2.2.3 - INSS	86.825,81	73,73%	8,27%	6,09%
TOTAL	117.767,31	100,00%	11,22%	8,26%
2.3 - Administrativa				
2.3.1 - IMP E MATERIAIS DE EXPEDIENTE	18.806,40	3,45%	1,79%	1,32%
2.3.2 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - PF	10.522,77	1,93%	1,00%	0,74%
2.3.3 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	3.678,64	0,67%	0,35%	0,26%
2.3.4 - CONTRIBUIÇÕES E DOAÇÕES	17.858,00	3,27%	1,70%	1,25%
2.3.5 - CONSERVAÇÃO	799,10	0,15%	0,08%	0,06%
2.3.6 - COPIAS/REPRODUÇÕES/ENCADERNAÇÕES	3.175,15	0,58%	0,30%	0,22%
2.3.7 - CREDUNI/UNICRED	246,00	0,05%	0,02%	0,02%
2.3.8 - SERVIÇOS INTERNET	205,16	0,04%	0,02%	0,01%
2.3.9 - DESP. CARTORIO E JUDICIAL	1.872,11	0,34%	0,18%	0,13%
2.3.10 - MEDICAMENTOS	17,63	0,00%	0,00%	0,00%
2.3.11 - COMBUSTIVEIS	3.727,91	0,68%	0,36%	0,26%
2.3.12 - MATERIAL MAQ. COPIADORAS	7.425,48	1,36%	0,71%	0,52%
2.3.14 - LANCHES E REFEIÇÕES / FEIRA	20.483,64	3,75%	1,95%	1,44%
2.3.15 - CONDUÇÃO E TRANSPORTE	12.417,42	2,27%	1,18%	0,87%
2.3.16 - CORREIOS	42,55	0,01%	0,00%	0,00%
2.3.19 - ESCOLINHA FUTSAL	6.574,00	1,20%	0,63%	0,46%
2.3.20 - MANUTENÇÃO MOVEIS	2.400,00	0,44%	0,23%	0,17%
2.3.21 - ASSESSORIA JURIDICA	35.645,00	6,53%	3,40%	2,50%
2.3.23 - MATERIAL DE CONSUMO	2.708,89	0,50%	0,26%	0,19%
2.3.24 - MANUTENÇÃO MAQ. EQUIPAMENTOS	13.475,91	2,47%	1,28%	0,95%
2.3.25 - TELEFONE	29.800,25	5,46%	2,84%	2,09%
2.3.26 - ENERGIA SEDE UFPB	3.991,30	0,73%	0,38%	0,28%
2.3.27 - EQUIPAMENTOS/UTENSILIOS	9.982,93	1,83%	0,95%	0,70%
2.3.28 - CONVENIO OI	45.925,67	8,41%	4,37%	3,22%
2.3.29 - CONVENIO TIM	145.792,74	26,71%	13,89%	10,23%
2.3.30 - CONVENIO VIVO	148.292,84	27,17%	14,12%	10,40%
TOTAL	545.867,49	100,00%	51,99%	38,29%
2.4 - Despesas com Divulgação e Imprensa				
2.4.1 - Assinatura de jornais/periódicos, etc	7.151,80	22,84%	0,68%	0,50%
2.4.3 - Compras de Revistas	3.207,05	10,24%	0,31%	0,22%
2.4.6 - Faixas e Out-doors	5.157,71	16,47%	0,49%	0,36%
2.4.7 - Mídia/Publicações	2.762,00	8,82%	0,26%	0,19%
2.4.8 - Boletins/revistas	11.233,62	35,88%	1,07%	0,79%
2.4.9 - Home -page ADUF (manutenção)	1.800,00	5,75%	0,17%	0,13%
TOTAL	31.312,18	100,00%	2,98%	2,20%
2.5 - Participação em Eventos				
2.5.1 - Passagens	30.353,82	67,77%	2,89%	2,13%
2.5.2 - Diárias	4.800,00	10,72%	0,46%	0,34%
2.5.3 - Hospedagens	9.613,66	21,47%	0,92%	0,67%
2.5.4 - Rateio/Inscrições	20,00	0,04%	0,00%	0,00%
TOTAL	44.787,48	100,00%	4,27%	3,14%
2.6 - Repasse Estatutário				
2.6.1 - Repasse estatutários (Andes, Areia, Bananeiras, CNM, FS)	142.541,31	100,00%	13,58%	10,00%
TOTAL	142.541,31	100,00%	13,58%	10,00%
2.7 - Sede Socio Cultural				
2.7.1 - Sede Socio Cultural	9.530,65	100,00%	0,91%	0,67%
TOTAL	9.530,65	100,00%	0,91%	0,67%
2.8 - Despesas Financeiras				
2.8.1 - Despesas Bancárias	10.514,38	27,43%	1,00%	0,74%
2.8.2 - Juros, multas e correções	27.815,99	72,57%	2,65%	1,95%
TOTAL	38.330,37	100,00%	3,65%	2,69%
2.9 - Organização de Eventos				
2.9.1 - Organização de Eventos	72.996,96	100,00%	6,95%	5,12%
TOTAL	72.996,96	100,00%	6,95%	5,12%
2.10 - Empréstimos				
2.10.1 - Empréstimos	134.753,65	100,00%	12,83%	9,45%
TOTAL	134.753,65	100,00%	12,83%	9,45%
TOTAL GERAL	1.348.144,80		128,41%	94,57%
Saldo	77.424,17		7,37%	5,43%
Total	1.425.568,97		135,78%	100,00%
RCA - Receita Contribuição dos Associados				
RT - Receita Total				

João Pessoa, 31 de dezembro de 2011